



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH)

Secretaria Executiva

## PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 109<sup>a</sup> reunião, realizada em 14 de setembro de 2017

1 Em 14 de setembro de 2017, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do  
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de  
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo  
4 Horizonte, Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e  
5 suplentes: o presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente  
6 e Desenvolvimento Sustentável, e a presidente suplente Maria de Fátima Chagas  
7 Dias Coelho. Representantes do poder público estadual: André Port Artur de  
8 Paiva Torres, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Enio  
9 Resende de Souza, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
10 Abastecimento (Seapa); Daniel Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de  
11 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes);  
12 Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de  
13 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais  
14 (Arsae); Marcela Lencine Ferraz, da Secretaria de Estado de Saúde (SES);  
15 Geraldo Vitor de Abreu, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário  
16 (Seda); Bérgson Cardoso Guimarães e Luciano José Alvarenga, do Ministério  
17 Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes do poder público  
18 municipal: Eduardo Machado de Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo  
19 Horizonte; Eric Alves Machado, da Prefeitura Municipal de Contagem; Rodrigo  
20 José Gonçalves, da Prefeitura Municipal de Betim (representantes dos municípios  
21 da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco); Lorena Ferraz Souto, da Prefeitura  
22 Municipal de Almenara (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do  
23 Rio Jequitinhonha e Pardo); Agostinho Nardy Riolino, da Prefeitura Municipal de  
24 Lima Duarte (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba  
25 do Sul); Gabriel Augusto Campos, da Prefeitura Municipal de Itapeva  
26 (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica dos Rios Grande, Piracicaba  
27 e Jaguari). Representantes dos usuários de recursos hídricos: Igor Luna, da  
28 Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora (Cesama); Renato Junio  
29 Constâncio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Carlos Alberto  
30 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas  
31 Gerais (Faemg); Irany Maria de Lourdes Braga e David Veiga Soares, do Instituto  
32 Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação  
33 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Aragel); Jadir Silva Oliveira, do  
34 Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig); Francisco  
35 de Assis Lafetá Couto, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de  
36 associações legalmente constituídas no Estado para proteção, conservação e  
37 melhoria do meio ambiente: José Angelo Paganini, da Fundação Relictos de

38 Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Gustavo Tostes Gazzinelli, do Fórum  
39 Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc).  
40 Representantes de associações civis com efetiva atuação em recursos hídricos:  
41 Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e  
42 Ambiental (Abes); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de  
43 Engenharia e Agronomia (Crea). Representantes de universidades, instituições  
44 de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado e com atuação nas áreas  
45 de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou educação ambiental: Sylvio Luiz  
46 Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira  
47 Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas  
48 Gerais (UFMG); Francienne Gois Oliveira, da Universidade de Uberaba (Uniube).  
49 **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino  
50 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Jairo José Isaac declarou  
51 aberta a 109ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e  
52 deu boas-vindas aos conselheiros. Em seguida, passou a condução dos  
53 trabalhos à presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho. **3)**  
54 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Edson de Oliveira Vieira:  
55 “Na última reunião do Conselho, eu coloquei um assunto com relação à ausência  
56 de fiscalização, tanto da ANA quanto do IGAM, no Norte de Minas, em função da  
57 crise hídrica que vimos passando por esses dias lá, após um período tão grande  
58 de seca. E isso tem complicado muito a situação no Norte de Minas, a questão da  
59 fiscalização. Eu coloquei, na última reunião, sobre a questão de uma força-tarefa  
60 que o IGAM teve, há algumas semanas, que teve um resultado significativo. E  
61 vemos que o que tem faltado, infelizmente, no Norte de Minas é a fiscalização  
62 tanto por parte da ANA quanto por parte do IGAM. E volto a frisar esse problema  
63 que vimos tendo lá. Perfurações de poços de forma indiscriminada. Hoje,  
64 infelizmente, o pessoal está muito eficiente nessa questão de perfuração.  
65 Antigamente, se levava um dia, dois, e hoje, com algumas horas, já se perfura  
66 poços, e fica difícil fiscalizar esse tipo de ação. Essa pressão sobre a água  
67 subterrânea no Norte de Minas está cada vez maior. Inclusive, nós temos um  
68 evento no dia 26, exatamente para fazer uma prospecção de pesquisas, do que  
69 já se tem de dados em termos de água subterrânea no Norte de Minas, porque é  
70 uma informação que falta até para o processo de gestão ser mais bem aplicado.  
71 E me passaram também que há uma grande degradação das veredas que são  
72 protegidas por lei, principalmente nos municípios de Ibiaí e Coração de Jesus. Já  
73 se detectaram muitas irrigações sem outorga. O pessoal tem praticado isso, fruto  
74 também da falta de fiscalização. Como eu disse na última reunião, o IGAM, por  
75 exemplo, só tem dois funcionários lá: um técnico administrativo e outro de campo.  
76 Dificilmente, vai conseguir atender essas demandas. Sendo que a regional de  
77 Montes Claros atende não só o Norte de Minas, como o Nordeste de Minas  
78 também, ou seja, quase 40% do Estado. O Comitê do Verde Grande pediu que  
79 eu colocasse aqui a questão da cobrança da água, que foi aprovada, se não me  
80 engano, no ano passado. Eu não tenho o histórico aqui exatamente porque o

81 Comitê está tendo problemas com recursos e não consegue ter um escritório  
82 para ter alguém de referência que pudesse passar essas informações mais  
83 claras. Mas, conversando com o presidente do Comitê, o Sr. Dirceu Colares, ele  
84 colocou que já foi feita uma solicitação para apreciação no Conselho Estadual de  
85 Recursos Hídricos no que se refere à cobrança na porção mineira da bacia do  
86 Verde Grande, sendo que, na calha principal, já foi levado ao Conselho Nacional  
87 de Recursos Hídricos e aprovado. E precisaria de uma definição se esse  
88 processo pode dar continuidade aqui. E uma coisa que eu tenho que colocar aqui  
89 e que está bem em voga na região é a ação da Copasa, uma estrutura que está  
90 sendo construída, que é a condução de água do rio Pacuí para atender a cidade  
91 de Montes Claros. Me parece que as obras foram embargadas. É uma obra  
92 emergencial. A cidade já está passando por racionamento de dois e, em algumas  
93 regiões, quatro dias sem água, em alguns bairros da cidade. A situação está  
94 crítica. A barragem do Juramento, eu não sei precisar hoje, mas na última  
95 reunião, se não me engano, há um mês, já estava com 23% da capacidade. Não  
96 tem previsão de chuva nos próximos dias. E essa obra tem causado um certo  
97 desconforto na população, porque, lógico, tem muita especulação, tem muita  
98 coisa sendo batida de frente com essa ação. Mas não temos tido, por parte da  
99 Copasa, também, definições, uma explicação mais clara de como é esse projeto,  
100 qual impacto vai causar no Pacuí, na questão do Verde Grande. E eu acho que  
101 esse é um grande problema. A obra é necessária, no meu ponto de vista pessoal,  
102 mas, de uma certa forma, não temos tido da Copasa informações mais claras. Eu  
103 acho que a Copasa poderia passar essa informação para a população, porque  
104 hoje tem gente achando que o embargo foi uma ótima coisa. E, realmente, qual é  
105 o efeito disso? Obviamente, essa obra não vai atender já este ano, mas, para um  
106 futuro próximo, como ficaria? Então eu peço à Copasa uma oportunidade, senão  
107 aqui no Conselho, pelo menos para a população da região toda, não só de  
108 Montes Claros, o que é o projeto, qual a importância dele, a questão ambiental.  
109 Coloca-se que não teve licenciamento ambiental feito. Isso está no ar, e as  
110 pessoas precisam ser esclarecidas." Presidente suplente Maria de Fátima  
111 Chagas Dias Coelho: "A questão da fiscalização não é competência do IGAM.  
112 Existe um núcleo da Supram no Norte de Minas, e a fiscalização é uma  
113 competência da SEMAD. O IGAM não tem equipe de fiscalização nem a  
114 competência legal para esse ato. No entanto, exatamente em função do nosso  
115 dever e competência legal de regulação do uso da água, nós fizemos com a  
116 SEMAD, a Sufis, Superintendência de Fiscalização, essa campanha no  
117 Juramento, que trouxe, realmente, resultados muito positivos. Então nós temos  
118 atuado em todas as bacias que estamos decretando restrição de uso da água em  
119 função da DN 49, e Juramento foi o primeiro que decretamos. Salvo engano, foi  
120 em maio. Nós estamos fazendo, junto com a Fiscalização, a SEMAD, e nós  
121 estamos juntos no processo de fiscalização nessas bacias. Então é importante  
122 registrar que nós só temos um funcionário de campo mesmo no IGAM de Montes  
123 Claros e um administrativo. A outra questão do Verde Grande, eu não sei se o

124 diretor Danilo tem alguma informação sobre a cobrança, como está esse  
125 processo. Eu não me recordo de ter chegado um pleito no IGAM para trazer a  
126 cobrança a este Conselho. Então nós temos o compromisso de, na próxima  
127 reunião, identificar essa demanda e também trazer o pessoal da equipe da  
128 cobrança aqui para fazer os devidos esclarecimentos. Eu não sei se tem alguém  
129 da Copasa que queira se manifestar. No que diz respeito à obra do Pacuí, eu não  
130 conheço o processo de licenciamento, mas a função do IGAM foi na questão da  
131 outorga, que entrou com outorga prioritária, um projeto de interesse público.  
132 Montes Claros estava com 26 horas de racionamento, e eu acho que já está com  
133 30 horas ou mais. É essa a informação que nós temos. Então foi feito, e  
134 analisado pelo IGAM, como um projeto prioritário dentro de todos os preceitos  
135 que regem a outorga, inclusive na questão da prioridade para o abastecimento  
136 público. Nós seguimos todo o rito técnico e processual para emissão da outorga,  
137 que é uma captação direta no corpo de água. Não há barragem, é uma outorga  
138 de captação direta no rio Pacuí.” Conselheiro Elbert Figueira Araújo Santos: “Eu  
139 queria informar que a Arsaé está trabalhando na renovação das resoluções  
140 normativas a respeito da prestação dos serviços de água e de esgoto. A de  
141 esgoto é até uma iniciativa pioneira no Brasil, porque ainda não temos  
142 regulamentação acerca da operacionalização da prestação do serviço de  
143 esgotamento sanitário. A Resolução 40, que atualmente está em vigor, vai ser  
144 aprimorada e dividida em três. Nós vamos fazer uma resolução operacional para  
145 prestação de serviço de abastecimento de água, uma para esgotamento sanitário  
146 e uma de condições gerais da prestação de serviço, que envolve atendimento ao  
147 público e essas coisas todas. Então em breve isso vai estar submetido a  
148 audiência pública, e eu conto com a participação dos conselheiros para ajudar  
149 nesse processo de consulta pública, com essas contribuições tão qualificadas  
150 que temos neste Conselho.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Nós estamos  
151 vendo que um novo ciclo da crise hídrica está se evidenciando no Estado e  
152 mostrando suas consequências. Ontem, na reunião do COPAM, esse assunto foi  
153 debatido, muitas demandas surgiram lá a esse respeito. E durante a reunião  
154 apareceu até uma pergunta de quem sabe o que fazer, qual é a solução para o  
155 problema. Eu respondi para o pessoal que os Comitês de Bacias sabem, que os  
156 Comitês de Bacias têm a solução para esse problema da crise hídrica. Nós temos  
157 os Planos de Recursos Hídricos já elaborados. A bacia do Doce tem, desde 2010,  
158 o seu Plano de Recursos Hídricos, os programas e projetos estão priorizados,  
159 está tudo lá no Plano de Recursos Hídricos. E nós vamos ter que refazê-lo. Em  
160 função do desastre de Mariana, nós vamos ter que atualizar esse plano. Mas tudo  
161 o que se deve fazer já está descrito nesses Planos de Recursos Hídricos. Alguns  
162 Comitês já têm implantada a cobrança pelo uso da água. Com o dinheiro da  
163 cobrança é que os Comitês podem atuar, apesar de o recurso ser muito pouco,  
164 na melhoria da qualidade e da quantidade de água nessa bacia. Eu distribuí para  
165 os senhores um folheto chamado Rio Vivo. Esses programas estão sendo  
166 implantados agora na bacia. Infelizmente, somente três Comitês terão condições

167 de dar partida ao projeto, porque os outros Comitês não têm recursos. Dos  
168 recursos que tinham disponíveis, somente três Comitês terão para implementar  
169 esses programas, que seriam em controle de sedimentos, saneamento rural e  
170 recuperação de nascentes e APPs. Mas, para fazer esses projetos, nós  
171 precisamos dos recursos da cobrança, e, infelizmente, esses recursos, como  
172 todos os senhores sabem, estão sendo contingenciados. Agora com essa crise  
173 hídrica, o Estado vai ter que investir recursos, emergencialmente, nesses  
174 assuntos. O que nós pedimos, ontem, na reunião do COPAM, ao secretário, e  
175 que reforçamos nesta reunião é que os esforços que já sabemos que são feitos,  
176 tanto pelo IGAM quanto pela SEMAD, sejam reforçados para que sensibilizem os  
177 órgãos de decisão do governo para que liberem esses recursos, para que os  
178 Comitês possam aplicar esses recursos na melhoria da quantidade e da  
179 qualidade de água nessas bacias hidrográficas.” Presidente suplente Maria de  
180 Fátima Chagas Dias Coelho: “Realmente, nós temos feito todos os esforços para  
181 liberação dos recursos. Inclusive, o secretário da Fazenda fez um planejamento  
182 de liberação. Tem um cronograma que ele está tentando cumprir, e nós  
183 conhecemos as dificuldades. Mas, a despeito disso, é sabido que o Ibio possui  
184 recurso em caixa. É claro que ele tem o direito de receber os outros recursos.  
185 Nós vemos que os projetos estão sendo contratados, e há recursos em caixa, na  
186 conta do Ibio. Mas realmente estamos com esse esforço, sempre conversando  
187 com o secretário da Fazenda sobre a relevância da liberação dos recursos dos  
188 Comitês de Bacia.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Quando a senhora fala  
189 que o Ibio tem recursos, tem, mas quase a totalidade desses recursos é do  
190 Comitê da Bacia do Piracicaba. A estrutura este Conselho vai ter que analisar e  
191 estudar, como é que está sendo feita essa distribuição de relação agência e  
192 bacia, e essas questões todas vão ter que ser discutidas para termos um sistema  
193 mais eficiente. No Doce, nós optamos por fazer uma agência única de bacia. São  
194 seis Comitês em Minas, o Comitê Federal. E agora todo o Espírito Santo também  
195 tem seis Comitês. Então a agência de bacia, com 7,5%, tem que atender a todos  
196 esses Comitês. A maior parte dos recursos que vão para a manutenção dessa  
197 agência é do Comitê do Piracicaba, porque 7,5% do Piracicaba correspondem a  
198 quase 60% dos recursos estaduais para a manutenção da agência. Mas a  
199 agência tem que cuidar de todos esses Comitês. Então ela faz projetos padrões  
200 de saneamento, elaboração de planos municipais de saneamento, e então  
201 atendeu a bacia como um todo. E os recursos do Piracicaba vão ficando porque  
202 ela não teve perna para aplicação desses recursos. Então, quando você fala que  
203 o Ibio tem, o Ibio não tem muito recurso não, quem tem cerca de R\$ 20 milhões  
204 para ser aplicados é o Piracicaba. É o Piracicaba que tem esses recursos, não é  
205 o conjunto da bacia. Tem Comitê que arrecada R\$ 500 mil por ano e está na lona.  
206 E não vai fazer esse projeto Rio Vivo. Alguns dos maiores, como o Suaçuí, o  
207 Manhuaçu, o Caratinga, não têm recurso e não vão fazer esses projetos, porque  
208 o pouco dinheiro que têm está preso aqui. Então nós precisamos de uma  
209 sensibilização maior do Estado a respeito desses recursos que já foram

210 arrecadados com essa finalidade.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas  
211 Dias Coelho: “Só reforçar que é vedada a aplicação dos recursos da cobrança de  
212 Minas no Estado do Espírito Santo. Existe uma vedação legal nesse sentido.  
213 Agora, na parte mineira, é outra questão, no caso dos 7,5%.” Danilo Cesar Torres  
214 Chaves, diretor de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de  
215 Recursos Hídricos/IGAM: “Só para esclarecer que o Ibio ficou alguns meses  
216 impedido de repasse, e nós regularizamos há cerca de um mês e meio, e já  
217 entraram todos os Comitês do Doce no cronograma. Então, provavelmente, neste  
218 mês, já vai ter um repasse, pelo que a Fernanda Roveda nos informou,  
219 anteontem.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Estão sendo repassados os 7,5  
220 ou os 92,5.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Os dois.  
221 Está sendo repassado integral, porque o Ibio, com lembrou bem o Danilo, estava  
222 impedido, inclusive, de receber os recursos.” Conselheiro Geraldo Vitor de Abreu:  
223 “Eu estou na Secretaria, hoje, responsável pelo acompanhamento da agricultura  
224 familiar no Estado de Minas Gerais. Nós estamos vivenciando uma situação – e  
225 não é diferente também de outras – uma crise hídrica bastante profunda. E os  
226 agricultores familiares, em especial, sofrem ainda mais porque não têm rede de  
227 abastecimento de água, dependem ou do curso d’água próximo ou de cisternas  
228 que, às vezes, utilizam para dessedentação animal e até mesmo para consumo  
229 humano e algum nível de irrigação de agricultura de subsistência, de horta, de  
230 pequenas culturas. E isso tem se agravado muito porque, com essa crise hídrica,  
231 as pessoas estão tendo que recorrer ao Estado. E nós estamos atendendo  
232 também na medida do possível, pelo esforço do governador, até mesmo com  
233 cesta básica. Imaginem o que é entregar cesta básica para um agricultor familiar.  
234 Então a situação está muito crítica, e eu trago aqui hoje uma demanda para que  
235 nós pudéssemos analisar quanto Conselho. Eu sei que é um tema delicado,  
236 sensível, mas eu faço um apelo para que também consideremos essa situação  
237 do campo no Estado de Minas Gerais, em particular, a agricultura familiar. Em  
238 2010, este Conselho já tomou uma decisão, por meio da Deliberação Normativa  
239 nº 34, focada no semiárido, de definir uso insignificante de poços tubulares para  
240 agricultura familiar. A DN 34 trouxe essa possibilidade e estabeleceu um limite de  
241 14 mil litros de água por dia como uso insignificante de um poço tubular. E eu  
242 acho que nós precisamos pensar na extensão dessa possibilidade para as  
243 demais unidades, estender isso para todo o Estado, posto que a situação tem se  
244 agravado e tende a se agravar ainda mais. Os agricultores familiares, muitas  
245 vezes, estão fazendo poços tubulares clandestinos, em razão dessa situação. A  
246 fiscalização, quando vai, autua esse pequeno agricultor, que acaba sendo  
247 multado. E eu acho que nós temos que tratar esse assunto, de forma  
248 emergencial, para construir um caminho. Eu não estou dizendo que nós vamos  
249 autorizar áreas extensas para irrigação. Não é isso. É para subsistência, é para  
250 cultura que permita a ele, nesse período, ter uma horta, fazer dessedentação de  
251 pequenos animais. Enfim, é uso insignificante, tal como está na DN 34/2010, que  
252 trouxe essa possibilidade para o semiárido mineiro.” Presidente suplente Maria de

253 Fátima Chagas Dias Coelho: “Nós vamos analisar essa questão, lembrando que  
254 poços manuais e outros tipos de captação de água subterrânea são permitidos  
255 em todo o Estado, e tem um limite de uso insignificante.” **4) EXAME DAS ATAS**  
256 **DA 107<sup>a</sup> E 108<sup>a</sup> REUNIÕES**. Aprovadas por unanimidade as atas da 107<sup>a</sup> e 108<sup>a</sup>  
257 reuniões do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizadas em  
258 20 de junho e em 2 de agosto de 2017, respectivamente, com abstenção da  
259 Fundação Relictos. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO DE OUTORGA DE**  
260 **GRANDE PORTE PARA EXAME E DELIBERAÇÃO**. **5.1) Mantiqueira Energia.**  
261 **Central Geradora Hidrelétrica. CGH Serra Negra. Santa Bárbara do Monte**  
262 **Verde/MG. Processo de Outorga de barragem nº 20194/2015. Apresentação:**  
263 **Supram Zona da Mata**. Outorga concedida por unanimidade nos termos  
264 aprovados pela Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG). O  
265 conselheiro Edson de Oliveira Vieira recomendou que os pareceres submetidos  
266 ao Plenário para apreciação de processos de uma forma geral sejam mais  
267 descritivos e menos sucintos, visando garantir maiores esclarecimentos quanto  
268 ao mérito do requerimento de outorga. A conselheira Irany Maria de Lourdes  
269 Braga, presidente da CTIG, informou que este processo, especificamente, foi  
270 amplamente debatido na Câmara, com detalhamento de todos os seus aspectos.  
271 Os conselheiros José Angelo Paganini e Sylvio Luiz Andreozzi reforçaram a  
272 recomendação para que sejam apresentados ao Plenário pareceres e relatos  
273 mais detalhados, para permitir maiores esclarecimentos. Com base nessas  
274 manifestações, a presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho solicitou à  
275 Secretaria Executiva que encaminhe recomendações às Supramps e ao IGAM nos  
276 seguintes termos: – Que os pareceres sejam apresentados ao Plenário do CERH  
277 acompanhados de um relatório consubstanciado, contemplando esclarecimentos  
278 de pontos fundamentais do processo e detalhes pertinentes a cada caso; – Que o  
279 IGAM trabalhe internamente e estabeleça padrões mínimos para apresentação  
280 de pareceres e relatos, considerando as especificidades de cada  
281 empreendimento, visando subsidiar as decisões da Câmara Técnica e do  
282 Plenário do CERH. **6) ESTUDO SOBRE OUTORGAS NAS BACIAS DOS RIOS**  
283 **DAS VELHAS E PARAOPEBA. Apresentação: Fórum Nacional da Sociedade**  
284 **Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc)**. Gustavo Tostes  
285 Gazzinelli/Fonasc apresentou ao Plenário do CERH estudo realizado pela  
286 entidade sobre emissão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos nas  
287 bacias hidrográficas dos rios das Velhas e Paraopeba, com apurações  
288 quantitativas de volumes outorgados por empreendimento, segmentos de  
289 atividades e usuários e localização. A exposição foi disponibilizada no site da  
290 SEMAD. **Síntese dos debates**. Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares:  
291 “Eu acho que esse trabalho é muito importante, e seria muito interessante você  
292 terminar esse seu desafio e nos trazer em um conteúdo mais formalizado. É  
293 importante explicitar a metodologia, a forma como estabeleceu as áreas. Eu  
294 concordo plenamente, a Prefeitura de Belo Horizonte, inclusive, adota o CNAE  
295 para atividades econômicas. Eu acho que seria uma padronização, para critérios

296 de comparação. Realmente, eu acho que isso que você demonstrou serve de  
297 sinalização da forma como se deve ver. Quando o recurso hídrico é colocado de  
298 forma abundante, falamos sempre que não tem problema nenhum. Mas na hora  
299 em que começam a aparecer as crises ficamos todos preocupados em como  
300 tratá-lo. Eu acho que nós temos que tratá-lo da mesma forma em uma situação e  
301 em outra. E esse trabalho foi proposto para essa região, essas duas bacias, que  
302 são muito importantes para o Estado de Minas Gerais.” Conselheiro Enio  
303 Resende de Souza: “Eu queria cumprimentar o Gazzinelli pela apresentação e  
304 fazer um convite, como membro do Comitê do Rio das Velhas, para apresentar  
305 esse trabalho em uma reunião do Comitê. Você falou da indústria e da  
306 agroindústria, em que vem alguma dificuldade de entender a agroindústria com  
307 indústria. Eu acho pertinente compartilhar com os demais conselheiros e,  
308 principalmente, no COPAM. Nós estamos fazendo a revisão da DN 74, e, de fato,  
309 há diferença muito gritante de atividade agrícola, agroindústria e indústria.  
310 Indústria ou agroindústria têm uma característica, para mim, muito clara: em  
311 qualquer época do ano, estão produzindo. Outro ponto que eu acho muito  
312 interessante para a DN 74 é a questão do tipo de poluição que geram. A indústria  
313 e a agroindústria geram poluições pontuais: uma chaminé, um efluente, uma  
314 coisa localizada. A agricultura gera poluição difusa. E não se produz produto  
315 agrícola em qualquer época do ano. De fato, esse é um conceito importante,  
316 porque são coisas diferentes, e eu acho que o tratamento tem que ser  
317 diferenciado.” Conselheiro Elbert Figueira Araújo Santos: “Eu queria parabenizar  
318 e agradecer ao Gazzinelli pela apresentação. Podemos extrair a necessidade de  
319 fiscalização do Estado ou de quem quer que seja para que seja equalizada a real  
320 atividade com a atividade declarada, porque muitas vezes isso pode gerar uma  
321 certa imprecisão, principalmente na questão de restrição de uso em caso de  
322 escassez. Essa adequação melhora a gestão do recurso hídrico no momento de  
323 escassez.” Conselheiro José Angelo Paganini: “No rio Piracicaba, quando foi  
324 implantada a cobrança, foi aberta uma possibilidade para as empresas fazerem  
325 uma revisão de suas outorgas. Grande parte fez essa revisão para baixo, pois  
326 teria um custo para captação de água. Se não tiver a cobrança implantada, a  
327 implantação da cobrança vai ajudar nesse sentido. Outro problema é o período  
328 de escassez. Se for decretada escassez hídrica na bacia, seria uma oportunidade  
329 para se priorizar o reestudo de todas as outorgas e essas incoerências que estão  
330 sendo levantadas. Agora com o problema da escassez hídrica talvez se justifique  
331 o estudo de avaliação dessas quantidades outorgadas.” Conselheira Irany Maria  
332 de Lourdes Braga: “Gazzinelli, obrigada por sua apresentação. O final eu achei  
333 muito interessante, e as observações do início, também. Mas eu estou com uma  
334 dúvida: quando você fala de outorgas, está falando de outorgas de uso  
335 consuntivo ou outorgas de uma forma geral? Só as consuntivas? O que nós  
336 observamos é que onde, muitas vezes, existem a mineração ou indústrias  
337 extrativas, em alguns pontos, a qualidade do rio mostra claramente uma melhora.  
338 Muitas vezes, apesar de se ter um consumo alto, essa água tem que ser

339 disponibilizada. E essa disponibilização tem ajudado, em alguns pontos, a  
340 melhorar a qualidade do rio em termos de IQA." Conselheiro Sylvio Luiz  
341 Andreozzi: "As observações que o conselheiro Carlos Alberto fez, a apresentação  
342 que o conselheiro Gustavo Gazzinelli fez, as observações feitas pelo conselheiro  
343 Enio, na verdade, indicam a necessidade de aprimoramento contínuo do nosso  
344 sistema de gerenciamento de recursos hídricos. O CNAE é uma decisão antiga,  
345 padrão, que é o indicador de classificação de todas as atividades econômicas.  
346 Portanto, tudo que necessitasse de classificação de atividade econômica no  
347 Brasil deveria seguir esse padrão. A dificuldade que o Gustavo teve de conseguir  
348 os dados para fazer quantificação também não pode mais ocorrer. É aquela  
349 discussão que nós estamos tendo nas Câmaras Técnicas sobre sistema de  
350 informação. Já passou da hora de o sistema ter essas informações disponíveis,  
351 classificadas de maneira até para diferenciar aquilo na formação de preço, para  
352 que a água que está sendo utilizada para atividade industrial e a água que está  
353 sendo utilizada para a atividade da produção agrícola tenham um 'k' diferente na  
354 hora da formação da cobrança. E isso precisa ficar explícito para todo mundo.  
355 Nós precisamos avançar para um sistema que seja eletronicamente disponível,  
356 um sistema informatizado, um sistema de informação geográfica para localizar os  
357 pontos de outorga, as quantidades e características possíveis de serem  
358 disponibilizadas, publicamente, para que não haja mais problema de identificação  
359 e de quantificação. Isso tem que ser público, porque está determinado na  
360 legislação, no caso de Minas, desde 1999." Thiago Figueiredo Santana, gerente  
361 de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: "Primeiro,  
362 enobrecer o trabalho do Gustavo e toda a base de dados, que é difícil de se  
363 constituir para quem não tem profundidade com os dados. Outra questão é  
364 reconhecer a fragilidade que nós temos em nível de sistema de informação. Até  
365 dentro das questões do Conselho Estadual, das reuniões não só da CTIL, mas da  
366 conjunta CTIL/CTIG, sobre monitoramento, uma questão que nós enaltecemos  
367 muito, que é a fragilidade do sistema de informação, o que nós vimos que era o  
368 ponto cerne daquela solicitação que é a moção que o próprio Fonasc apresentou.  
369 Eu não vou entrar no mérito de números da apresentação, mas só de alguns  
370 pontos. O porquê de se avaliar, independente da personalidade do  
371 empreendedor, o fim do uso específico. Cada intervenção é realizada para  
372 atender uma finalidade. O exemplo de aspersão de via, por que não é  
373 considerada como mineração estritamente? Porque se avalia, dentro do contexto  
374 do fim do uso, a racionalidade. Ou seja, quando tem uma solicitação de aspersão  
375 de via, é em ponto específico, talvez em níveis de caminhões-pipa, captando  
376 essa água, se avalia o volume necessário, a área que vai ser aspergida dentro de  
377 um contexto até de condicionante de licenciamento ambiental. A aspersão de vias  
378 é uma condicionante de licenciamento ambiental. Por que se fragmentam esses  
379 fins diversos dentro do processo produtivo? Para avaliar a racionalidade para o  
380 fim que está atendendo. Até dentro da própria agricultura. Hoje, nós avaliamos a  
381 racionalidade da irrigação. Muitas vezes, há uma captação estritamente para a

382 finalidade de irrigar, e se avalia, dentro das questões de evapotranspiração, a  
383 necessidade, o quanto se está utilizando e outros fins que têm outras captações  
384 dentro do empreendimento, como o próprio consumo humano. Se colocarmos no  
385 mesmo bojo, perde esse afínco de racionalidade. Outro ponto colocado foi a  
386 questão de empreendedor. Para algumas outorgas, vieram ao longo do tempo  
387 sendo atualizadas as retificações de titularidade, que era obrigação pela Portaria  
388 49. Não afirmo que em todas houve a retificação, mas só a título de  
389 esclarecimento. Na questão de Betim, a falta de muitas indústrias: muitas  
390 indústrias da região metropolitana hoje fazem uso de água da Copasa, têm  
391 acordos específicos com a própria Copasa. E a própria Fiat tem captação de  
392 água subterrânea. Itens numerados dentro do formulário: por que o formulário de  
393 uso insignificante traz essa indicação? O uso insignificante é um processo  
394 extremamente autodeclaratório. Lógico que depois há estratégia de fiscalização e  
395 controle, uma análise amostral para se apurar aquelas informações. O formulário  
396 de uso insignificante traz aquelas indicações para facilitar a apresentação ao  
397 Estado. E por que não estritamente no formulário de outorga? Porque na outorga  
398 há uma análise técnica, análise de racionalidade, para onde vai cada percentual  
399 daquela captação, o ciclo produtivo da água dentro do empreendimento. Nesse  
400 contexto, não usamos o CNAE porque a intervenção atende um fim produtivo.  
401 Quando se faz uma análise com relatório analítico das outorgas, aí, sim, poderia  
402 ser empregada essa qualificação. Mas, pontualmente, de uso estabelecido,  
403 temos que avaliar estritamente a finalidade. Dentro do contexto colocado, a  
404 escassez hídrica, os conselheiros sabem que o único Estado que tem uma  
405 resolução para estabelecer critérios de racionamento em escassez hídrica é  
406 Minas Gerais. Se pegarem os percentuais de restrição, nós temos 20%, 25% e  
407 30%: abastecimento, consumo humano, dessedentação. A irrigação com 25% de  
408 restrição, a indústria com 30%, e 50% para outros usos. Esses outros usos, em  
409 especial a aspersão de vias, caem para 50% porque são usos menos nobres,  
410 pelo que foi colocado no âmbito daquelas discussões anteriormente. Os usos  
411 para fins produtivos, que se facilitam por essa forma de colocação, são restritos a  
412 30%. Ou seja, pelo próprio empreendedor e a própria gestão em si. Restringir  
413 30% só de aspersão de vias e 50% do processo produtivo vai contra tudo que foi  
414 discutido aqui anteriormente, vai contra o que foi um consenso dentro do  
415 Conselho. Então por isso a aplicação de finalidades. Uma questão que o Sylvio  
416 colocou, a questão da cobrança, até hoje, dos Comitês que têm cobrança, das  
417 agências, do próprio IGAM, da Gerência de Cobrança, nunca nos foi questionada  
418 a forma de distinção de finalidades. Então isso nunca impactou a cobrança. Outra  
419 questão só em nível de soma, no parecer técnico, tem os campos, e o quadro de  
420 vazão tem um campo QDH, que é o impacto em balanço hídrico do  
421 empreendimento. O que ocorre em vários empreendimentos minerários? Tem  
422 uma barragem de rejeito, é feito lançamento de polpa ali, a água faz a sua  
423 sedimentação, e é feita a captação da água do processo, da recirculação dentro  
424 do processo, sem captação de água nova. Essa água sai com uma vazão dentro

425 do quadro de vazões em nível até de segurança do empreendedor, em nível de  
426 fiscalização. Como a fiscalização, muitas vezes, é feita pela própria Polícia Militar,  
427 que não tem um técnico em si para apurar, se verifica que tem uma bomba, é um  
428 barramento que tem captação, então vai multar. É muito literal isso. Então é mais  
429 pela própria segurança do empreendedor. Só que o QDH, o balanço que sai no  
430 processo, aí eu ressalto a fragilidade de sistema de informação para essa  
431 divulgação. Hoje o nosso sistema não permite isso. Então o QDH sai zero. Mas  
432 ele tem uma vazão autorizada porque, em nível de apuração de fiscal, está lá.  
433 Outra questão é o próprio rebaixamento, que pode se somar duas vezes. Se  
434 somou a vazão de rebaixamento e dentro da análise do processo, o próprio  
435 Estado induz essa percepção. É que ele faz o rebaixamento, uma das águas vai  
436 para a barragem, capta essa água mais a água de recirculação e soma duas  
437 vezes. Como o empreendimento faz a captação desse volume bruto superficial  
438 mais a água do rebaixamento é uma das questões que estão no parecer, mas  
439 nosso sistema de informação não permite dar essa clareza de entendimento.  
440 Agora, entrando no mérito de sistema de informação, o Estado está em  
441 negociações discutindo um novo sistema para outorga dentro do Siam. É a Ufla  
442 dentro do processo do antigo Sisemanet. Está em avaliação um novo sistema,  
443 em que o nosso principal ponto é ter um banco de dados próprio, um banco puro,  
444 qualificado, consistido, para que seja alimentado, para podermos trabalhar em  
445 cima da divulgação e de uma forma mais adequada de informações. Enobrecer  
446 mais uma vez a apresentação, mas a clareza das nossas informações que estão  
447 ali não permite esse entendimento.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli:  
448 “Primeiro, a questão que o Eduardo de Faria Tavares falou. Eu pretendo escrever  
449 um artigo sobre isso. Acho que não tem sentido pelo tanto que eu trabalhei para  
450 isso e no final não publicar um artigo. Ou publicar ou distribuir. Sobre a questão  
451 que o Enio comentou, na verdade, eu acho que são diferentes mesmo a  
452 agroindústria e a agricultura. Agora, se nós analisarmos o que é a agroindústria,  
453 basicamente, são carnes, frigoríficos e laticínios. Aí, depende. Vamos supor que  
454 tem uma fazenda, e o laticínio é uma cooperativa que está do lado, ou a  
455 torrefadora de café, às vezes, até vinculada ao próprio produtor ou a uma  
456 cooperativa na região. Isso é indústria ou agroindústria? A minha única dúvida é a  
457 que setor nós deveríamos vincular. Por exemplo, em Contagem tem um negócio  
458 que armazena trigo. Ou em Santa Luzia. É uma grande armazém de trigo. E a  
459 maior parte do trigo que deve armazenar é da Argentina. Então eu não considero  
460 essa atividade ligada, diretamente, à agricultura, ela é mais ligada a comércio ou  
461 a infraestrutura. Então eu acho que cada caso é um caso e tem que ser analisado  
462 para se chegar a uma conclusão a respeito, sobre a proximidade do processo. Eu  
463 dei o exemplo da indústria cimenteira ou da mineração de calcário. De acordo  
464 com o CNAE, a indústria, que é a área de beneficiamento, está do lado, agregada  
465 à mina de calcário, e é considerada mineração e não indústria cimenteira no  
466 CNAE. Então eu acho que esse tipo de procedimento poderia ser trabalhado na  
467 questão da agricultura. Do ponto de vista quantitativo, de volume outorgado,

468 como eu mostrei, a agroindústria agrega muito pouco, o que é lastimável. Isso  
469 mostra que nossa agricultura é uma agricultura de commodity, em grande parte,  
470 ou só para alimento à nossa mesa. Então eu acho que o processo agroindustrial  
471 ainda é muito pequeno. Eu acho legal a ideia do José Angelo de revisão das  
472 outorgas. E já fazendo um aparte no comentário do Thiago de que o Estado é o  
473 único com uma DN de restrição de uso, no entanto, o grupo de trabalho de  
474 restrição de águas subterrâneas produziu um relatório falando que era necessário  
475 – fundamental para controlar isso – ampliar o monitoramento de água  
476 subterrânea. Eu não sei que medida foi tomada nesse sentido desde o final de  
477 2014 para cá. E o outro grupo, de águas superficiais, parou de funcionar. Então  
478 não adianta o Estado produzir uma DN, mostrar para a sociedade que fez uma  
479 DN e não tomar atitude. E aí eu acho que não está tomando atitude, nesse caso  
480 específico. Quanto à fala da Irany sobre aonde a atividade de mineração estiver  
481 ela agrega valor à qualidade da água, eu discordo, radicalmente. Aí se pode ver  
482 os exames de água que tem na região de Conceição do Mato Dentro ou da bacia  
483 do rio das Velhas ou da bacia do próprio Paraopeba. Vai ver que a qualidade da  
484 água é muito ruim, e nos períodos de chuvas a grande poluição é gerada pela  
485 mineração, que é a poluição difusa de sedimentos. E ela tirar uma aguinha no  
486 rebaixamento e colocar de volta eu não acho que basta. Inclusive, eu tenho  
487 sérias dúvidas se a disponibilização da água até que ponto conflita com o reuso,  
488 com a ideia do reuso. Porque, quando se está reusando a água, de certa forma,  
489 está deixando de devolver a água para o rio. Então tem a outorga que dá o direito  
490 de usar tanto, e ainda reusa a água e vai aumentando o ciclo de uso da água; e é  
491 devolvida menos água para o rio. Então eu tenho sérias dúvidas e só acredito  
492 nessas informações baseado em informações bem técnicas de monitoramento e  
493 que não seja só de automonitoramento. Fora isso, eu não vejo. Por isso esse  
494 esforço que nós estamos fazendo. O Thiago mencionou a questão da Copasa. Eu  
495 solicitei para a Copasa informações sobre a bacia do Paraopeba, mas a Copasa  
496 não se dispôs a dar. E também do Velhas. Hoje, nós temos a informação de qual  
497 percentual de usuários empresariais que usam água da Copasa. É um número  
498 até bastante expressivo. O que me leva a crer que o setor de serviços é muito  
499 maior usuário do que nós imaginamos. Mas para isso tem uma empresa que, em  
500 tese, é pública, mas ainda não se dispôs a disponibilizar esse tipo de dado. Eu  
501 acho que com essa disponibilização de dados pela Copasa nós teríamos  
502 condições de avaliar. Por exemplo, o setor de serviços. Eu fiz uma pesquisa  
503 recente com vários municípios, inclusive no interior do Estado, e o percentual da  
504 área de serviço, em boa parte dos municípios mineiros hoje, é da faixa de 90,  
505 inclusive municípios agrícolas. Então a área de serviços é fortíssima na  
506 economia. Claro que ela não autogera condições. Mas então nós precisamos  
507 dessa informação. Eu agora vou fazer um comentário sobre o que Thiago falou.  
508 Thiago, eu concordo com você com relação à questão de as finalidades terem  
509 uma implicação sobre a percepção e verificação da racionalidade do uso. Isso eu  
510 concordo com você. Mas isso não elimina a necessidade de se caracterizar a

511 atividade. Não existe 'qual é o volume dos usos de água para molhar estrada no  
512 Estado' sem saber quais atividades estão envolvidas. E aquela atividade, seja  
513 condicionante ou não, é consequência daquela atividade. Se passa muito  
514 caminhão na estrada gerando poeira, isso é um impacto de a atividade ter que  
515 usar água para aquilo. Então aquilo tem que ser creditado na atividade. Nesse  
516 ponto, eu acho que os dados do Estado são falhos, e isso tem que ser  
517 modificado. Ou então o Estado vai botar o tapete em cima dos empreendedores e  
518 falar que não precisa desse tipo de informação. Mas eu acho que nós precisamos  
519 ter toda a informação. Isso é gestão do conhecimento. Se na outorga o cara vai lá  
520 e avalia estritamente o projeto, ou o empreendedor põe os dados em uma  
521 planilha eletrônica de forma que não entra no sistema, e a informação faz parte  
522 do sistema, ou então vocês que estão no Estado é que vão fazer esse trabalho  
523 manual, faz a análise e vai botando o dado. O que não dá é para não ter o dado.  
524 Eu não acho justificável não ter a informação e não disponibilizar a informação.  
525 Quanto à questão da água nova, isso é uma coisa que eu até tinha preparado. Da  
526 mesma forma, eu esqueci de inserir a parte do CNAE na minha apresentação. Eu  
527 a tinha preparado. Mas eu faço no meu estudo. A água nova é uma conversa  
528 muito complicada. Vejo o exemplo. A Samarco, em seu relatório de  
529 sustentabilidade, diz que quase não usa água nova no mineroduto. No entanto,  
530 para fazer o mineroduto, ela criou a sua maior captação de água, que é a do rio  
531 Santa Bárbara. E no período da seca, antes de captar água do rio Santa Bárbara,  
532 todas as captações superficiais dela tiveram decréscimo de mais de 50%, e de  
533 água subterrânea aumentou mais de 50%. Ou seja, água subterrânea, para mim,  
534 é água nova. E o pessoal não conta água subterrânea como água nova, só  
535 considera aquela que vem lá da nascente, do riozinho bonitinho. Então existe  
536 muita falácia dessas empresas. Eu não acredito na seriedade de boa parte delas.  
537 Para finalizar, a questão que eu acho é a seguinte: água é um incentivo  
538 importante para a atividade econômica, ter a oferta de água. E do jeito que ela é  
539 feita hoje está se privilegiando alguns setores em detrimento de outros. E existem  
540 restrições legais à outorga. A outorga só pode ser dada até uma certa  
541 quantidade. Então, enquanto continuar dessa forma, alguns setores privilegiados  
542 e o Estado botando a sua máquina para privilegiar esses setores, e outros,  
543 esquecidos, nós vamos continuar com essa economia que é a economia de  
544 Minas Gerais, que cai o preço de commodity lá na China, e o Estado para de  
545 arrecadar. Isso não tem mais cabimento. Então eu acho que a água deve ser  
546 pensada como um insumo econômico tão importante quanto o financiamento do  
547 BNDES, do BDMG e tal. E aí, ao secretário, eu sugiro. Quando foi feita a reforma  
548 administrativa, vocês criaram cerca de 30 diretorias vinculadas à SEMAD e  
549 deixaram, por exemplo, o IGAM com duas diretorias. Eu acho isso totalmente  
550 irracional. Da mesma forma que tem gente na FEAM altamente qualificada que  
551 poderia estar agregando. Então eu acho que a SEMAD precisa criar um centro de  
552 inteligência, agregar todo mundo e abrir mão de algumas diretorias diretamente  
553 ligadas à Secretaria para empoderar esse sistema de gerenciamento de

554 informação e de monitoramento, no âmbito dos órgãos finalísticos. Enquanto isso  
555 não acontecer, eu acho que a água deveria ser tratada igual a Secretaria da  
556 Fazenda trata a política fiscal, a distribuição de recursos para Estados e  
557 municípios, arrecadação de impostos. Se você entra no site da Secretaria da  
558 Fazenda ou do Ministério da Fazenda, tem dados muito bem consistentes,  
559 enquanto nós aqui estamos patinando e preenchendo formulário à mão e  
560 dependendo de erros, às vezes, até de estagiários, porque, muitas vezes, para  
561 esses serviços, que trabalha são estagiários.” Presidente suplente Maria de  
Fátima Chagas Dias Coelho: “Nós estamos esperando a publicação do nosso  
563 decreto para ampliação de mais duas diretorias no IGAM, e é importante essa  
564 sua fala de valorização da gestão de recursos hídricos, que é uma bandeira  
565 nossa de fortalecimento da identidade mesmo do Sistema Estadual de  
566 Gerenciamento de Recursos Hídricos. Agradeço a você, o parabenizo pelo  
567 trabalho. Realmente é um esforço, muita informação, com essas melhorias que  
568 identificamos que são necessárias.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu  
569 gostaria até de propor ao Thiago e à equipe toda que marcássemos uma reunião,  
570 porque esses dados são baseados em uma planilha que eu desenvolvi. Então eu  
571 não quero ficar: ‘Ah, baseado em que ele tirou esse número?’ Eu me disponho a  
572 compartilhar com vocês e discutirmos, quem sabe, até no grupo de discussão  
573 que nós vamos criar sobre a Câmara Técnica de Informação e Monitoramento. A  
574 minha intenção é passar para frente.” Presidente Jairo José Isaac: “Conselheiro,  
575 eu queria apenas me pontuar com relação à sua sugestão no que se refere à  
576 reestruturação da SEMAD. Está sendo feito, e nós hoje temos o decreto  
577 publicado. A Secretaria, hoje, não é a Secretaria de ontem, e a de hoje não será  
578 a de amanhã. Não tenha dúvida. Evidentemente que esse problema é um  
579 problema fundamental. Esse problema de água eu tenho discutido,  
580 permanentemente, inclusive com o IGAM e com a Fátima, onde nós podemos  
581 fazer um trabalho conjunto. Agora, é importante a mudança do processo, a  
582 atualização. Hoje tem uma série de complexidades. Eu não sou ambientalista,  
583 mas, ao chegar, evidentemente, tive que compor com a equipe técnica. Eu não  
584 trouxe nem uma secretaria, eu uso todo o sistema. A partir daí é que as coisas  
585 começaram a funcionar. Hoje, se faz o que não vinha sendo feito antigamente.  
586 Hoje, quem trabalha é o técnico, é o qualificado, quem está à frente dos órgãos  
587 da SEMAD são pessoas competentes, qualificadas e com curso superior. Gente  
588 muito bem qualificada profissionalmente. E todos já estão sinalizados. Nós temos  
589 um curto espaço de tempo, e não sei se vamos terminar. Eu, por exemplo, como  
590 sou um secretário diferenciado dos demais, porque o governador me escolheu e  
591 me pôs, sem nenhuma formalidade, do jeito que pôs, ele pode tirar. Mas se  
592 chegarmos a dezembro de 2018 esta Secretaria não será a mesma mais. Será  
593 bem diferente. Porque o que nós estamos trazendo e procurando fazer é  
594 exatamente isso, criar modernidade, fazer com que seja atuante e mudar a  
595 imagem da Secretaria, totalmente. Ontem, ela impedia investimentos, travava.  
596 Hoje e amanhã, ela vai captar investimentos, trazer e ser referência em legislação

597 ambiental no país. Isso o senhor pode acompanhar e cobrar. Vai ser feito.” 7) 598 **PALESTRA SOBRE SOLUÇÃO DE CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA.** Valmir  
599 Pedrosa Albuquerque, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), fez  
600 apresentação ao Plenário do CERH sobre solução de conflitos pelo uso da água,  
601 destacando técnicas de gestão em situação de escassez hídrica. O conteúdo da  
602 palestra foi disponibilizado no site da SEMAD. Síntese dos debates. Conselheiro  
603 Enio Resende de Souza: “A Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais,  
604 juntamente com a Secretaria de Agricultura, há alguns anos, fez também um  
605 treinamento sobre solução de conflitos ambientais. Infelizmente, essa é uma área  
606 extremamente conflituosa. Eu tive a oportunidade de participar desse  
607 treinamento, que aconteceu em Ouro Preto, e o tom foi esse trazido hoje aqui  
608 para nós com muita propriedade. Eu queria apenas acrescentar alguma coisa de  
609 que sentimos falta e que é absolutamente importante na gestão de recursos  
610 hídricos. Nós temos o cacoete de sempre falar do consumo, esquecendo que a  
611 gestão também tem a questão da oferta da água. Nós estamos sempre  
612 preocupando em fechar a torneira, mas eu sou da área agronômica e bato nessa  
613 tecla sempre que posso: nós temos que olhar para a gestão da oferta da água.  
614 Senão nós vamos ficar, eternamente, fazendo gestão sobre o consumo.” Valmir  
615 Pedrosa Albuquerque/Ufal: “Esse é um tema importante. Por que a ANA só fez  
616 reduzir a vazão do rio e não atacou a questão da demanda e da oferta? A ANA  
617 disse que não era o momento. Quando veio o ‘Dia do Rio’, de cortar a outorga na  
618 quarta-feira, a turma se espantou. Agora, eu não quero dizer aqui que é perfeito,  
619 mas um novo modo de trabalhar, que tem imperfeições. Mas a complexidade do  
620 rio, ninguém pode achar que sozinho resolve. Ou coloca na discussão Copasa,  
621 Cemig, Marinha, polícia etc., senão não vai. É o cúmulo o órgão gestor achar que  
622 vai resolver tudo em uma bacia dessa envergadura.” Conselheiro Edson de  
623 Oliveira Vieira: “É um tema complexo, mas para nós, que participamos de órgão  
624 colegiado, é importante essa questão de separar pessoas, problemas, os  
625 interesses de posições dos setores. Eu acho que a Política Nacional de Recursos  
626 Hídricos trouxe esse grande avanço no que tange a gestão integrada, que traz a  
627 participação descentralizada como um dos pontos principais. Para mim, esse foi  
628 um dos principais avanços que tivemos. As coisas deixaram de vir de cima para  
629 baixo, e a base é consultada inicialmente. Infelizmente, nos órgãos colegiados,  
630 hoje, no que se refere a gestão de recursos hídricos, tem-se sentado muito para  
631 discutir conflitos, gerenciar conflitos, e nós temos tido pouco tempo para discutir  
632 planejamento e gestão propriamente ditos. Eu concordo plenamente com o  
633 conselheiro Enio sobre produção da água, aumento da oferta, mas espero que  
634 em breve possamos estar em uma reunião desta do Conselho ou de qualquer  
635 outro órgão colegiado que se refere, especificamente, a água, e possamos  
636 discutir planejamento e gestão e não só conflitos.” Conselheiro Renato Junio  
637 Constâncio: “Eu queria enfatizar que essa gestão compartilhada, aberta,  
638 transparente, promovida pela ANA trouxe uma tranquilidade muito grande. Eu  
639 queria lembrar que, em 2015, nós tivemos uma reunião em Pirapora, e foi o

640 primeiro caso em que houve a discussão da questão da captação, e judicializou.  
641 E a judicialização causou perda de reservação em Três Marias em torno de 8%.  
642 Hoje estamos muito mais severos, muito mais atores, e essa gestão traz uma  
643 tranquilidade, e não temos judicialização. E naquele tempo ainda não tinha a Sala  
644 de Situação. Inclusive, a própria ANA não participou dessa reunião em Pirapora.  
645 Quem participou foi o IGAM. Mas era um rio de domínio federal. Qual autonomia  
646 o IGAM teria para decidir alguma coisa ali? Logo em seguida, veio a  
647 judicialização, e Três Marias perdeu cerca de 8% do seu volume de reservação,  
648 na época.” Conselheiro Bérgson Cardoso Guimarães: “Nós temos convivido com  
649 essa realidade e esses problemas, semanalmente, na tentativa de composição de  
650 conflitos de forma a evitar a judicialização, porque acaba não garantindo uma  
651 decisão que agrade a todas as partes. No Sul de Minas, a situação está cada vez  
652 mais séria, e nós cada vez mais nos deparamos com situações diferentes na área  
653 de recursos hídricos. Mas notamos que há a necessidade de uma habilitação  
654 maior das instituições, tanto públicas como privadas, para se posicionarem como  
655 atores efetivos na possibilidade da composição desses conflitos. Muitas vezes, o  
656 profissional não sabe o seu papel ali, se está habilitado e de que forma compor  
657 aquele acordo ou representar a sua instituição, através da AGE ou de outra forma  
658 jurídica. Então nós temos que avançar no delineamento de como são feitos esses  
659 acordos, porque as demandas estão presentes. Nós temos as técnicas e  
660 precisamos usá-las mais nos Comitês de Bacias, procurar mais respostas,  
661 porque esse é o caminho para se resolver esse tipo de questão. Outro problema  
662 é a regularização da outorga coletiva. Nessa regularização da organização, da  
663 associação para gerir a água no local, nós estamos muito atrasados na  
664 institucionalização de todos esses regulamentos. Nós precisamos avançar nisso  
665 porque, sem essa representação da instituição, nós vamos ter que gerir os  
666 conflitos do uso dágua. Eu só trago essa informação porque temos feito  
667 reuniões semanais. Na minha área de atuação, são 177 municípios, no Sul de  
668 Minas, e, na ponta, todos os problemas com que temos convivido são justamente  
669 os conflitos pelo uso da água.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias  
670 Coelho: “A outorga coletiva tem, sim, procedimento, mas nós devemos fazer uma  
671 revisão da Portaria 49. Até em função do aprendizado, nós estamos fazendo  
672 algumas alterações nesse contexto. Existem os procedimentos, mas há a  
673 necessidade de aprimoramento.” Thiago Figueiredo Santana, gerente de  
674 Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Além da nota técnica,  
675 a Portaria 49 também traz alguns procedimentos quanto a isso. Outra coisa que  
676 estamos trabalhando em cima das questões de conflito é a revisão da antiga  
677 Portaria 49, trazendo alguns aprimoramentos. A principal variável dentro da  
678 outorga coletiva não é critério, mas procedimento, a forma do processo de  
679 discussão, a formatação do processo em si. Dentro do problema de Varginha e  
680 Três Pontas, que cai no reservatório de Furnas, são usos insignificantes, que, por  
681 lei, são dispensados de outorga. Então a situação é um pouco diferente. Alguns  
682 são usos insignificantes, então não caberiam dentro do processo coletivo. Por

683 deliberação, poderíamos trazê-los a um processo conjunto.” Conselheiro Elbert  
684 Figueira Araújo Santos: “Seria interessante todos os órgãos colegiados poderem  
685 ter a honra de assistir a essa palestra, independentemente de serem de recursos  
686 hídricos, porque eu acho que toca em uma questão que é universal. Às vezes,  
687 vemos as pessoas preocupadas em defender as suas opiniões e apenas os  
688 interesses das entidades que representam, sem pensar no todo. Quando mais  
689 jovem, eu tinha uma opinião sobre o São Francisco e tive a oportunidade de  
690 conhecer de Pirapora até a foz, passando por Sobradinho, Paulo Afonso, Xingó,  
691 Petrolina, e vi essa multiplicidade de atores e de interesses que está envolvida.  
692 Eu acho que, de uma forma bem clara e objetiva, você mostrou um certo  
693 caminho. Muito obrigado pela palestra.” Conselheiro Carlos Alberto Santos  
694 Oliveira: “As questões que foram levantadas a respeito dos caminhos para  
695 solucionar conflitos ficaram muito claras. Eu concordo que seria importante que  
696 pelo menos o COPAM também pudesse ouvir essa palestra. Mas eu queria falar  
697 o contrário do que o senhor falou, do momento em que tomamos a decisão  
698 influenciados pela forma como foi levada àquele determinado conselho e as  
699 consequências que podem ter. O nosso colega da Cemig falou que uma decisão  
700 equivocada tomada em Três Marias gerou um resultado muito pior do que aquele  
701 que se esperava. E eu quero falar para este Conselho a respeito da decisão do  
702 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, na última plenária, de  
703 aprovar uma nova metodologia de cobrança pelo uso da água. A Federação da  
704 Agricultura entende que a metodologia é absolutamente equivocada, e a forma  
705 como foi levada ao Comitê é mais equivocada ainda. A Federação da Agricultura  
706 pediu vista, e vamos rediscutir a questão em outras bases. Eu vislumbro um  
707 caminho muito difícil e muito complicado para essa decisão do Comitê. Eu  
708 vislumbro que os resultados que se queriam no Comitê ao atualizar o valor da  
709 cobrança podem ser diversos do que queriam aqueles que levaram à decisão. A  
710 metodologia equivocada, a forma equivocada, eu diria até que os conselheiros  
711 foram levados a tomar uma decisão equivocada.” Valmir Pedrosa  
712 Albuquerque/Ufal: “Eu agradeço as palavras e vou resumir no seguinte: a  
713 altíssima qualificação das pessoas envolvidas nesse processo. Aquela reunião da  
714 ANA não haveria sem a alta qualificação técnica, em todos os sentidos. Os  
715 órgãos gestores do Brasil precisam disso. Não há como fazer gestão dessa  
716 complexidade sem o mais alto nível humano de qualificação, de hidrologia,  
717 sociologia, economia, antropologia, biologia. Como professor da área, quando  
718 olho aquela reunião, eu vejo o suprassumo do Brasil aplicando hidrologia,  
719 hidráulica, economia, gestão integrada etc. E aquilo não haveria se não tivesse  
720 gente altamente qualificada para aquele debate. O Brasil vai enfrentar mais crises  
721 hídricas, que vão exigir cada vez mais gente competente dos órgãos gestores,  
722 bons salários para os técnicos, carreira permanente, como a ANA faz, para que a  
723 turma se prepare para enfrentar o desafio do tamanho do Brasil. Estou muito  
724 honrado de estar em Minas Gerais e vou colocar no meu currículo que estive  
725 aqui, que vai me engrandecer. Obrigado.” Presidente suplente Maria de Fátima

726 Chagas Dias Coelho: “Professor Valmir, nós agradecemos e parabenizamos.  
727 Realmente, trouxe importantes informações, e é muito gratificante essa  
728 participação que temos para discutir a regulação de uso da água de forma  
729 compartilhada. Agradecemos o seu depoimento. Parabéns.” **8) PROGRAMAS E**  
730 **PROJETOS DE SENSIBILIZAÇÃO DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS EM**  
731 **MINAS GERAIS.** **Apresentação:** **IGAM.** Heitor Soares Moreira/IGAM fez  
732 exposição de programas e projetos de sensibilização do uso de recursos hídricos  
733 em Minas Gerais, desenvolvidos no contexto de escassez hídrica no Estado, em  
734 especial na bacia do rio São Francisco, destacando diversas ações de  
735 comunicação, o I Prêmio de Boas Práticas - Salve o São Francisco e o workshop  
736 Uso das Águas na Indústria e a Convivência com a Escassez Hídrica. **Debates.**  
737 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu acho que prêmio para ganhar placa é  
738 uma iniciativa louvável. Mas eu fiquei sabendo que a SEMAD encaminhou o  
739 projeto do Fhidro – que eu acho que é o melhor instrumento que tem para  
740 incentivar boas práticas ou que deveria usar – para as Secretarias de Governo e  
741 de Casa Civil, e voltou para a SEMAD para falar onde tem recurso. Eu gostaria  
742 que essa informação nos fosse dada, se essa boa prática não se dá no próprio  
743 Estado, se o Estado não é capaz de fazer o Fhidro funcionar. Eu acho que se  
744 deveria colocar o Fhidro para funcionar, porque é o melhor instrumento que a  
745 Secretaria pode ter, no momento, para incentivar as boas práticas, e pode ser o  
746 legado desta gestão. Porque até hoje o Fhidro não funcionou. Só funciona para o  
747 Estado. Vai chegar à última reunião do Grupo Coordenador, e irão falar ‘estamos  
748 com um projeto aqui para o Estado, para aprovar agora’. Porque todo ano  
749 acontece isso. Se este governo não botar esse Fhidro para funcionar, no início do  
750 próximo ano, sem contingenciamento pela Advocacia Geral do Estado, que  
751 sempre faz um acordo com a Secretaria de Governo e segura o dinheiro, ‘tchau’.  
752 O Fhidro é a melhor prática e, infelizmente, não está sendo usado e está na  
753 gaveta de alguém. E ainda hoje ouvimos esse absurdo de que voltou para a  
754 SEMAD justificar onde tem recurso.” Presidente suplente Maria de Fátima  
755 Chagas Dias Coelho: “Realmente, o projeto retornou. Estava na Casa Civil, que  
756 devolveu para a SEMAD, que devolveu para o IGAM, que trabalhou nas  
757 ressalvas e já finalizou os esclarecimentos.” O conselheiro Gustavo Tostes  
758 Gazzinelli sugeriu ao secretário Jairo José Isaac estabelecer um prazo para que  
759 sejam resolvidas as pendências do Fhidro e para que os recursos sejam  
760 liberados. Presidente Jairo José Isaac: “Nós temos até que louvar a determinação  
761 do governador. Diante de todas as dificuldades, da maneira que encontrou este  
762 Estado, o primeiro compromisso era pelo menos manter a situação de todos os  
763 organismos do Estado estarem funcionando. E a trancos e barrancos todos os  
764 órgãos estão funcionando. Ele conseguiu, junto com a Secretaria da Fazenda e a  
765 Secretaria de Planejamento, criar um sistema para pagar os funcionários dentro  
766 do que foi estabelecido, e está cumprindo só Deus sabe de que forma. As coisas  
767 acontecem no país, e o reflexo está em todos os Estados. O crescimento da  
768 receita não é nem vegetativo, quando não é negativo. Nós estamos vendo a

769 dificuldade pela qual estão passando o governador e o secretário da Fazenda  
770 para viabilizar os compromissos. Agora, não tenha dúvida nenhuma, o  
771 compromisso é exatamente fazer o que pode e continuar fazendo aquilo com que  
772 se comprometeu. E, aos secretários, aqueles que podem ajudar de alguma  
773 forma, a convocação é para que ajudem a procurar formas de solução. Apesar de  
774 todas as dificuldades, nós temos encontrado apoio do governo, pois a pior coisa  
775 que tem é assumir a responsabilidade de uma Secretaria da importância que tem  
776 a Secretaria de Meio Ambiente e chegar lá, e serem inviabilizados qualquer  
777 esforço e qualquer iniciativa que se possa fazer para melhorar. É muito difícil,  
778 inclusive, discutir neste ambiente a situação com que convivemos hoje. E todos  
779 os secretários, não somente eu, passam por dificuldades, e nós e nossos  
780 companheiros do Sistema – do IGAM, da FEAM e do IEF – trabalhamos 24  
781 horas. Temos nove superintendências, com problemas em todas elas. É difícil  
782 trabalhar assim, mas o compromisso com o trabalho e com a mudança é  
783 inarredável. E nós vamos até o fim, custe o que custar.” Conselheiro Carlos  
784 Alberto Santos Oliveira: “A Faemg cumprimenta o IGAM, a Dra. Fátima, o  
785 secretário. Nós vamos buscar o órgão para dar a nossa colaboração e participar  
786 ativamente. E, por último, alguém teria que fazer o Fhidro virar um instrumento de  
787 meio ambiente e de recursos hídricos. Desde o dia de seu estabelecimento por  
788 lei, o Fhidro não funcionou. Como membro do Conselho de Recursos Hídricos, eu  
789 me dedico uma parcela de culpa muito grande por não ter conseguido ajudar em  
790 nada para o Fhidro andar, apesar de ter participado de todas as comissões e  
791 grupos. Enfim, nós teríamos que fazer o Fhidro andar.” Conselheiro Edson de  
792 Oliveira Vieira: “Eu queria parabenizar pela iniciativa. É extremamente importante  
793 esse processo de informação com conscientização e sensibilização, que, na  
794 gestão, tem que ser contínuo. Nessa parte que se refere a boas práticas, quem  
795 sabe, no futuro próximo, nós possamos ter um processo de certificação de uso  
796 eficiente da água, de uso racional, e quem sabe poder constar nos modelos de  
797 cobrança pelo uso de água.” **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros  
798 assuntos a serem tratados, a presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias  
799 Coelho declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### APROVAÇÃO DA ATA

800  
801  
802  
803  
804 **Anderson Silva de Aguilar**  
805 **Presidente suplente do Plenário do CERH/MG**

---